

## OS XAVANTE E O MOVIMENTO DE FRONTEIRA NO LESTE MATOGROSSENSE\*

*Cláudia Menezes*

(Museu do Índio, Rio de Janeiro)

### INTRODUÇÃO

O processo de expansão das atividades agropecuárias no município de Barra do Garças, localizado no leste do Estado de Mato Grosso (1), tem se caracterizado por um movimento humano e de capital de grandes proporções, notadamente a partir da década de 70. Constitui, em verdade, um paradigma do fenômeno mais amplo de implantação de modelo econômico, que possibilitou a expansão, para o setor rural, das relações capitalistas de produção.

O interesse despertado por esta região é, no entanto, anterior: surge no início dos anos 40, quando são empreendidos os primeiros esforços governamentais (2) no sentido de viabilizar o seu povoamento. Como assinala Velho (1976:26), a política de colonização da época decorre das preocupações nacionalistas com a ocupação de fronteiras — reforçadas com o advento do Estado Novo — e dos interesses estratégicos determinados pela Segunda Grande Guerra.

Mais recentemente, a ocupação definitiva foi assegurada pela aplicação de capitais privados com amplo suporte governamental, pela implantação de projetos fundiários assim como pela canalização maciça de recursos realizada por grandes grupos econômicos nacionais e transnacionais.

Evidentemente, este movimento em direção às novas áreas não se fez sem tensões: os projetos de grande porte nas áreas da mineração e

---

(\*) — Este artigo resulta de uma pesquisa desenvolvida no Museu do Índio (RJ) sobre grupos indígenas de Mato Grosso, com o apoio financeiro da FINEP. Agradeço a Lícia do Prado Valladares, a Anthony Seeger, a Teresa Araujo Penna e a José Carlos Levinho o interesse com que leram e comentaram a versão inicial deste trabalho.

agropecuária acabaram por ameaçar ou desalojar pequenos produtores que se haviam instalado na região em período anterior, por meio de um avanço espontâneo. Os grupos indígenas também foram atingidos duramente. Não é demais lembrar que o avanço da fronteira não se realizou em terras livres, mas constitui a história da expropriação de territórios tribais, até então explorados eficientemente pelos grupos aí localizados.

No presente texto a preocupação será discutir a estrutura regional e as frentes de colonização em articulação com a problemática atual vivida pelos Xavante, cuja população, de aproximadamente 3.500 índios está distribuída em oito Reservas localizadas no município de Barra do Garças (3). Não se trata de intentar uma análise histórica do processo de colonização do leste matogrossense, mas tão somente de contextualizar o impacto das transformações sofridas pela estrutura regional tal como se reflete sobre as condições indígenas de sobrevivência.

#### OS EMPREENDIMENTOS AGROPECUÁRIOS

O leste matogrossense foi uma das regiões brasileiras mais beneficiadas pela política desenvolvimentista adotada no período pós-64 e que assumiu como meta prioritária a rápida ocupação da Amazônia. É impressionante a mobilização ocasionada por esta política de estímulo à abertura de novas fronteiras. Calcula-se que, nos últimos 15 anos, cerca de 500.000 famílias foram levadas a se deslocar para o Acre, Rondônia e Norte de Mato Grosso.

O Município de Barra do Garças foi um dos que economicamente mais se transformou na última década. O crescimento populacional acelerado fez com a área passasse de uma população de 14.081 habitantes, em 1965, para aproximadamente 150.000, em 1978, como consequência direta da política de aplicação de benefícios fiscais. Após 1975, o maior volume de recursos governamentais, repassado por intermédio dos programas especiais do PROTERRA (4), foi canalizado para o setor agropecuário. Onde, até então, predominava a pecuária extensiva e a agricultura de subsistência, passou a dominar a grande empresa nacional e os interesses estrangeiros. A criação deste pólo econômico propiciou o deslocamento de Capital do Centro Sul e acelerou a implantação dos empreendimentos agropecuários e dos projetos fundiários, que atraíram pequenos produtores gaúchos e catarinenses. No início dos anos 70, estes minifundiários começaram a se instalar na área, tornando viável a exploração econômica da região, que se transformou em poucos anos numa das maiores produtoras de arroz do país, ainda que pese o alto custo do investimento necessário à abertura de novas áreas e o baixo rendimento médio por hectare das áreas de cerrado.

Os projetos fundiários foram, por sua vez, os responsáveis pelo estabelecimento de um setor de serviços diretamente ligados à agricultura

e pela expansão, ainda que discreta, do setor industrial. Contribuíram também para modificar o perfil geopolítico regional, ocasional a criação de três novos municípios desmembrados de Barra do Garças: Canarana, Água Boa e Nova Xavantina.

Apesar do peso político e econômico, representado pelos grandes empreendimentos agropecuários, o principal responsável pelo deslocamento e assentamento de centenas de unidades familiares tem sido a iniciativa particular, por meio das empresas de colonização que operam com suporte governamental.

Cumprir assinalar que os projetos fundiários, da forma como foram estruturados, não absorvem os migrantes chegados espontaneamente à região. Para sobreviver, estes se instalam precariamente como posseiros ou alugam sua força de trabalho como peões nos grandes latifúndios que predominam na área.

Isto ocorre especialmente na fase de implantação das empresas ou S/A, como são denominadas localmente, mas logo após são dispensados. São restritas as oportunidades oferecidas pelo mercado de trabalho, pois o comércio e o setor de serviços dos núcleos urbanos do município não conseguem absorver a mão de obra disponível. Uma alternativa limitada é oferecida pelos núcleos de colonos, que empregam peões e agregados como força de trabalho permanente em suas unidades de produção, mas que dão preferência absoluta àqueles que também são gaúchos, só contratando "nortistas" em última instância (Cardoso, L.R., 1981:133).

É oportuno acrescentar que as próprias empresas agropecuárias têm procurado investir na implantação de projetos fundiários nos últimos anos.

Como observou acertadamente Cardoso (1981:59), um fator importante, que tem levado uma parte das S/A a procurarem este tipo de investimento, é a necessidade de assegurar um controle eficiente sobre a terra, ameaçada pela invasão de posseiros e pelo litígio com grupos indígenas. No entanto, mais do que uma estratégia para preservar o empreendimento de possíveis perdas, o fato de associar-se a projetos fundiários ou tê-los em sua vizinhança contribuiu grandemente para a valorização das terras. As agropecuárias são também as maiores beneficiárias do desenvolvimento de uma infra-estrutura de serviços, criada para satisfazer às necessidades dos Colonos. Por outro lado, podem ser apontadas como as principais responsáveis pela enorme tensão social existente na região.

A incorporação de milhares de hectares ao longo dos grandes eixos de penetração, somada à criação de Programas Especiais do Governo Federal e à captação de recursos privados, isto é, o novo Programa de Ocupação da Amazônia (POLAMAZONIA) previa um teto de 500 milhões de dólares para a agro-indústria que, longe de corrigir as distorções existen-

tes na estrutura fundiária e no uso social da terra, tem contribuído para elevar a concentração da propriedade agrícola. A grande Barra do Garças (5) não foge à regra: como em todo norte do Estado o acesso à terra tem gerado grandes disputas. A valorização das propriedades rurais, fenômeno que tende a acompanhar toda frente de expansão agrícola, tem sido reforçada pela política de benefícios fiscais e vem atribuindo ao mercado fundiário caráter marcadamente especulativo: as terras são adquiridas a título de reserva de valor e como meio de obtenção de dinheiro a baixo custo. Parcela significativa dos recursos gerados no ganho dos estratos de renda mais elevados da classe média tem sido carreada para a compra de terras, aplicação considerada mais rentável e segura. Além deste fator, as grandes empresas preferem auferir as vantagens fiscais que a posse de glebas extensas propicia, investindo no Sudeste, geralmente em negócios nos grandes centros urbanos, ou em projetos de extração de madeira a mineração. As S/A têm contribuído, deste modo, para a concentração de terras e para a baixa produtividade dos empreendimentos rurais, embora a pecuária seja a atividade predominante na região, ocupando áreas que, por vezes, assumem proporções gigantescas, como a Liquifarm Agropecuária Suiá-Missu com cerca de 670.000 ha.

#### OS PROJETOS DE COLONIZAÇÃO

A primeira empresa de colonização particular que se instalou no município foi a Cooperativa de Colonização 31 de Março (COPERCOL), organizada no município de Tenente Portela (Rio Grande do Sul). Propunha-se realizar um empreendimento pioneiro de colonização, numa região em fase de desbravamento e ocupação territorial, a fim de atender às necessidades de seus associados, agricultores, minifundiários, e produtores rurais não proprietários. A COPERCOL foi sucedida pela Colonização e Consultoria Agrícola S/A (CONAGRO) e pela Cooperativa Mista Canarana (COOPERCANA, criada para satisfazer às necessidades de ampliação do programa de assentamento de colonos, fornecer assistência técnica e comercializar a produção, oriunda dos núcleos de colonização.

Estas empresas, entre 1972 e 1975, programaram e executaram seis projetos de colonização num total de 116.775 ha., a maior parte em áreas distantes das zonas de litígio entre índios e nacionais. No entanto, alguns dos projetos implantados a partir de 1976 tiveram problemas, como o caso de Serra Dourada, situado próximo à Reserva Indígena Pimentel Barbosa, em que a indefinição de limites gerou atritos entre Xavantes e parceiros. A empresa colonizadora atribuiu à Fundação Nacional do Índio (FUNAI) a responsabilidade pelos incidentes, uma vez que o projeto havia sido aprovado pelo INCRA, após as certidões negativas fornecidas pelo órgão.

O Projeto Areões enfrentou o mesmo tipo de dificuldade: a terra havia sido adquirida mediante certidão negativa, mas constatou-se que o

projeto seria implantado em área reconquistada pelos índios, dentro da Reserva de Areões, cuja alteração de limites fora regularizada por Decreto Presidencial em fevereiro de 1975. O projeto não foi adiante e os colonos foram expulsos das glebas, sem qualquer tipo de indenização. A única alternativa que lhes foi oferecida pelo governo, o reassentamento em outra área, de dimensões equivalentes, mas em piores condições de salubridade e de mercado ao norte do Estado, não foi aceita pela maioria dos interessados (Cardoso, L.R., 1981:21).

A COOPERCANA não limitou sua atuação ao município de Barra do Garças. Em 1979, implantou no município de Chapada dos Guimarães o Projeto Terra Nova, destinado a acolher posseiros que ocupavam a área Kaingang no Posto Indígena Nonnoai (Rio Grande do Sul), servindo como solucionador do impasse criado pela demarcação desta Reserva pela FUNAI (6).

Detalharemos a seguir a histórico de organização da CONAGRO por estar intimamente associado ao processo recente de colonização da região e por fornecer uma boa idéia das articulações entre a iniciativa privada e o poder estatal.

### *O Projeto Canarana I*

O primeiro projeto implantado na região e que deu origem à Cooperativa, denominado Canarana I, teve como meta o assentamento de sessenta famílias de colonos em uma área a 330 km. de Barra do Garças. Os colonos eram originários de uma região de minifúndio, o município de Tenente Portela (RGS), com alta densidade populacional e que se caracterizava pelo baixo nível de vida da população.

A tentativa de adoção de técnicas agrícolas mais modernas (investimentos em meios de trabalho e insumos) esbarrava necessariamente com o fator escassez da terra: 80% das propriedades rurais do município tinham menos de 15 ha., apresentavam topografia acidentada, o que impossibilitava o emprego de mecanização. Mesmo que se tentasse uma melhoria nas técnicas de cultivo, dificilmente se obteria um aumento de renda superior ao investimento realizado. Apresentava-se como alternativa à reestruturação do sistema fundiário a recomposição da propriedade (as maiores não ultrapassavam 87 há.), paralelamente à abertura de uma nova frente agrícola.

A Igreja Evangélica, com muita penetração na região, liderou desde logo as iniciativas que iriam viabilizar o programa de colonização. Mantendo importante atividade assistencial no município, iniciou, por intermédio da emissora de rádio sob seu controle, um trabalho de divulgação da idéia. A proposta era transformar Tenente Portela em município modelo

e apresentar uma alternativa à reforma agrária, proposta assumida e considerada pelo grupo executor como “avançada” para a época, uma vez que não havia nenhuma linha de financiamento para compra de terras ou projetos de colonização em operação, embora fosse prevista pela legislação do Estatuto da Terra.

Para isto seria necessário mobilizar uma comunidade com laços societários já estabelecidos, transferindo-se o mesmo tipo de sistema produtivo (agricultura de pequena escala e de caráter familiar) para uma região aonde houvesse possibilidade de ampliar os recursos de produção. A este sistema se agregariam novas condições, além de disponibilidade da terra: mecanização e produção para mercado, ao invés da produção de subsistência. O colono, que no sul explorava meia colônia (12,5 ha.), passaria a dispor de 200 ha. de plantio subsidiado

O passo inicial era proceder à organização de uma cooperativa, o que possibilitaria uma migração planejada e com suporte governamental. Em 1971, após a realização de um amplo trabalho de conscientização com grande repercussão em todo o município, foi escolhida como área de fixação Dourados (Mato Grosso do Sul). No entanto, a inexistência de crédito agrícola na região, somada ao inflacionamento dos custos da propriedade rural, em decorrência da migração espontânea de gaúchos, redirecionou o projeto para o leste de Mato Grosso. Barra do Garças, o novo local selecionado, apresentava vantagens: havia sido alçado à condição de pólo econômico prioritário, passando a contar desde 1970 com o Programa de Desenvolvimento e Ocupação das áreas de Cerrado (POLOCENTRO) e a POLAMAZONIA. Em 1972, ano de transferência dos colonos, a CONAGRO adquiriu a terra (40.000 ha., que foram subdivididos em parcelas de 400 ha.), tratores e insumos. Em 1975, os colonos tornaram-se proprietários, mantendo, porém, os vínculos com a Cooperativa e a dependência dos financiamentos bancários.

As linhas de crédito do Banco do Brasil têm favorecido particularmente os projetos fundiários, financiando, através do PROTERRA, a aquisição de lotes, o desmate, a aquisição de máquinas e implementos agrícolas, e, através do Crédito Rural, o custeio agrícola. Esta atuação inclui a comercialização da produção, que obedece à política de preços mínimos estabelecida pelo Governo, o principal comprador de arroz do município. O que fica explícito é a extrema ingerência estatal no setor agrícola, que pode ser medida pelo fato de os pequenos empreendimentos agrícolas, para operar, dependerem destas linhas de crédito e, ainda mais, uma parcela significativa dos colonos só poder sobreviver a maior parte do ano às custas do financiamento obtido.

Desde a implantação dos projetos de colonização, os agricultores enfrentaram problemas oriundos do descumprimento, por parte da coope-

rativa, das condições que garantiriam a instalação de uma infra-estrutura de serviços nas áreas loteadas, exigida como contrapartida às facilidades creditícias fornecidas pelos órgãos financiadores. A contrapartida incluía desmate, construção de moradias provisórias, equipamento dos núcleos urbanos etc. Superada esta primeira etapa, a cooperativa comprometia-se a prestar assistência técnica e a comercializar a produção dos associados.

Com a finalidade de satisfazer a estas exigências, foi criada a COOPERCANA, que manteve a condição de intermediária entre os agricultores e o Banco do Brasil. Para se dimensionar o volume da produção que a COOPERCANA opera, é suficiente mencionar que o montante da sua contribuição fiscal representa 90% do total de ICM arrecadado no município. No caso em análise, as queixas dos parceleiros vão além de acusações de que a CONAGRO não tem levado a termo os compromissos assumidos, deixando os projetos sem vias de escoamento, desatendidos nos setores de saúde e educação e ainda adiando soluções que contribuíram para baratear os custos de produção (7). Estão insatisfeitos também com a orientação dada às negociações realizadas pela COOPERCANA. O resultado da comercialização da safra 79/80 gerou problemas, pois a produção foi vendida à Comissão de Financiamento de Produção (CFP) em julho, pelo preço mínimo tabelado a Cr\$280,00 a saca, tendo havido em agosto/setembro uma súbita valorização do arroz, que passou a valer Cr\$ 600,00 a saca. Como se pode prever, a cooperativa foi responsabilizada pelo prejuízo dos associados (Cardoso, L.R., 1981: 172), no bojo de uma crise que atingiu toda a economia do Estado e teve amplas repercussões.

Esta crise, delineada em 1980, assumiu contornos mais precisos em 81, quando a euforia dos primeiros anos de implantação dos projetos de colonização, alimentada pela propaganda oficial, foi substituída por uma avaliação pessimista da política adotada pelo Governo Federal.

Não bastassem as dificuldades enfrentadas pelos colonos no tocante ao baixo nível de produtividade do arroz sequeiro — as áreas do cerrado só mantêm a produtividade a partir da terceira safra, mediante o emprego de tecnologia adequada — surgiram novos obstáculos.

O Banco do Brasil passou a retardar a aprovação e liberação dos processos de crédito de custeio agrícola, ocasionando atraso no cronograma dos trabalhos da lavoura e aumentando os riscos de insucesso da safra. Este problema vem sendo agravado pelo alto custo dos insumos (sementes e adubos) e pela política de preços mínimos, que não acompanha os índices inflacionários.

Os agricultores se vêem assim à mercê de uma política contraditória, que os estimula a buscar crédito bancário e a sobreviver dele, mas não o

libera em tempo hábil, nem garante a compra do que é produzido, ao adotar como estratégia de estabilização interna de preços a importação de estoques do produto (8). Muitos colonos na região estão hoje incapazes de saldar suas dívidas com o Banco e correm o risco de perder as propriedades. Esta descapitalização crescente tenderá a aprofundar as diferenças entre os parceiros, reeditando o movimento de concentração da propriedade em mãos daqueles que foram favorecidos por terem chegado à região com bases financeiras mais sólidas, ou por terem sido melhor sucedidos em seus empreendimentos agrícolas.

Do ponto de vista dos empresários, parceiros e fundaristas, além dos problemas mencionados, o Município estaria sendo afetado pela desapropriação de aproximadamente um milhão de hectares, para a criação ou ampliação de Reservas Indígenas; este seria o saldo da política indigenista realizada pela FUNAI na região.

#### A RETOMADA DO TERRITÓRIO PERDIDO

No município de Barra do Garça, os índios são também parte interessada nos litígios entre fazendeiros, posseiros, colonos e grandes empresas: os Xavante, após terem sido sedentarizados em postos da administração oficial e Colônias Missionárias, desencadearam uma ofensiva, cujo objetivo era assegurar as terras em que viviam e recuperar, em parte, seus territórios perdidos.

Os projetos de colonização e os programas governamentais de favorecimento à ocupação empresarial e capitalista da região, além de provocarem a vinda de grandes empresas e atraírem um fluxo de pequenos investidores de fora, reavivaram o interesse econômico dos antigos proprietários: estes viram suas terras valorizarem-se e a possibilidade de disporem de meios para explorarem as propriedades, até então, sub-aproveitadas ou mesmo deixadas em total abandono. Os Xavante, ilhados, viram o cerco sobre suas áreas fechar-se cada vez mais. Nos primeiros anos da década de 70, os índios localizados em postos e missões começaram a movimentar-se, embora em algumas áreas, como a que corresponde a atual Reserva do Couto Magalhães, a luta pela reconquista do seu território começasse dez anos antes, quando os Xavante reivindicaram terras que haviam sido alienadas pelo Governo de Mato Grosso como devolutas (Silva, M.A., 1980: 7). Os atritos entre índios, fazendeiros e moradores se intensificariam na medida em que eram dados os primeiros passos no sentido de legalizar a posse indígena.

Em 1972, são criadas as Reservas do Sangradouro e São Marcos (9) e tomadas providências para medir e demarcar as Reservas do Pimentel Barbosa e do Batovi, esta última com 50.000 ha., situada no município de Chapada dos Guimarães (10). A expedição destes atos

gerou grande insatisfação, exarcerbando-se as atitudes de represália por parte dos fazendeiros e empresários da região, especialmente daqueles com propriedades encravadas na área abrangida pelas Reservas. Como estratégia, acionaram diferentes mecanismos: denunciar a situação através da imprensa, utilizar seu prestígio junto a órgãos governamentais e aparelhos de repressão, tentar corromper lideranças indígenas, alimentar divisões no interior do grupo indígena. Participaram da campanha vários políticos, envolvidos na questão, na qualidade de proprietários e por interesses eleitorais e econômicos.

Os índios, por sua vez, passaram das ameaças e encenações guerreiras para as ações bélicas: mataram o gado, invadiram, saquearam e incendiaram fazendas, ocuparam e interromperam estradas. Como recurso de emergência, foi criada na época, por ordem ministerial, uma comissão de estudos, que passou a intervir no problema, estando encarregada de proceder à avaliação da situação de cada área. Os resultados dos estudos realizados indicaram haver uma precedência da posse civilizada à indígena, tornando inaplicável, no de São Marcos e Sangradouro, o dispositivo constitucional garantidor da posse indígena (11). Em razão disto a comissão sugeriu a via excepcional da desapropriação para as propriedades atingidas pelos decretos. Um ano após as áreas relativas a estas Reservas, assim como as que corresponderiam às Reservas de Areões, Couto Magalhães e Pimentel Barbosa, ainda não haviam sido demarcadas em virtude de divergências na definição dos seus limites e da permanência de fazendeiros e moradores no seu interior.

Em 1975, novo decreto presidencial (12) estabeleceria os limites definitivos de São Marcos, declarando de utilidade pública para fins de desapropriação as áreas de domínio particular, discriminadas em decreto que passariam a ser consideradas usufruto das "comunidades" Xavantes. Após vários choques com fazendeiros, as terras de São Marcos foram, finalmente, liberadas.

As conquistas indígenas nas áreas, sob a égide das Missões Salesianas, ainda que lenta, reforçaram as iniciativas das demais aldeias Xavante, especialmente aquelas localizadas na região do Culuene. Segundo Silva, M.A. (1980:6-7), os grupos Xavantes do Culuene empreedaram em 1974 e 1975 o retorno às suas terras de origem, de onde haviam sido afastados na década de 40 pela ação do Serviço de Proteção aos Índios (SPI). Apesar da oposição da FUNAI, dos ataques de fazendeiros e choques com posseiros, os índios obtiveram a criação e a demarcação da Reserva do Kuluene em abril de 1976, localizada no município de Barra do Garças, com aproximadamente 51.000 ha.

A última área indígena criada foi a Reserva de Parabubure, em 1979, reunindo os Xavante localizados nos vales dos rios Couto Magalhães e

Culuene, numa área de 226.555 ha., situada também no município de Barra do Garças (13). Parabubure (14) homenageia uma grande aldeia que foi habitada pelos Xavante no passado (de nome Parabubu), antes de uma cisão que provocou o surgimento de novas aldeias e a ocupação da região do rio Culuene em época anterior à presença de nacionais. Na década de 50, os Xavante, acossados pela violência dos brancos, pela fome e por doença, foram obrigados a deixar a região e a buscar abrigo junto às missões religiosas e aos postos do SPI. A luta pela criação das Reservas do Kuluene, Couto Magalhães, Parabubure e Pimentel Barbosa redundou na recuperação parcial (no caso desta última a redução das terras foi significativa) dos territórios que eram ocupados e explorados pelos bandos Xavante em época bem anterior ao contato definitivo. Esta situação configura uma realidade bastante distinta em relação a São Marcos e Sangradouro, que surgiram da ampliação de áreas que foram recebidas ou compradas pela Congregação Salesiana (15).

Esta é também a situação da Reserva do Meruri (Colônia Indígena Sagrado Coração de Jesus), cujas terras (cerca de 25.000 ha.) haviam sido doadas aos missionários (16), em razão do seu trabalho assistencial junto aos índios Bororo.

Este grupo, aguerrido no passado mas domesticado por um regime tutelar rígido e intransigente em relação à cultura tribal, acabaria por se integrar ao movimento reivindicatório que mobilizava seus vizinhos (e inimigos no passado) Xavante. Aliás, essa integração dificilmente deixaria de ocorrer, dada à proximidade geográfica entre as duas áreas e à unidade da ação tutelar a que ambos os grupos estavam submetidos. No início de 1976, foi decretada a demarcação administrativa de uma área de 85.540 ha (17), reservada para uso dos índios Bororo, situada no município de General Carneiro. Como nas demais áreas em litígio, os choques entre fazendeiros e os, até então “pacíficos”, Bororo tornaram-se freqüentes: existiam aproximadamente 40 propriedades tituladas no interior da Reserva e três pontos de comércio (denominados na região “boliches”) que eram focos de atritos, especialmente por venderem bebidas alcoólicas aos índios. A maior parte das transações com as terras haviam sido realizadas nos anos 50/60, através do Departamento de Terras e Colonização de Mato Grosso; nessa época, segundo consta (18), os missionários teriam sido responsáveis pela venda de algumas glebas pequenas (19).

As *démarches* que levariam à legalização da área Bororo tornariam patente a contradição entre os interesses dos proprietários — com a possibilidade de perderem suas terras e sem perspectiva de serem ressarcidos — e os interesses indígenas; as articulações propriamente políticas haviam chegado ao limite. Em mais de uma ocasião esteve iminente um confronto aberto, tendo como protagonista funcionários da FUNAI, fazendeiros,

missionários ou os próprios índios (20). Desde então, a emergência de uma situação catártica era perfeitamente previsível e, de fato, ocorreu: a invasão de Meruri por um grupo de fazendeiros, em julho de 1976, seria o único episódio, de uma sucessão de violências, que resultaria em vítimas fatais: foram assassinados o filho de um fazendeiro, um índio e o padre diretor da Missão. Sem dúvida, a ampliação ou retomada das terras Xavante constitui um dos raros exemplos de luta indígena bem sucedida, o que leva a indagar a respeito dos interesses que foram, de fato, contrariados.

Do ponto de vista da elite econômica e política do município, de posição claramente governista, a política indigenista, aplicada à região, atentaria contra os mais elementares direitos da propriedade privada. A FUNAI — órgão cuja ação é vista como desvinculada de uma ação administrativa central — é acusada de não dispor de um projeto “claro” e “objetivo” em relação aos índios, resultando daí uma criação “aleatória” e “artificial” de Reservas (21). Esta política, além de provocar insegurança social, neutralizaria as iniciativas oficiais, uma vez que afugentaria os empresários, atemorizados com a possibilidade de perderem os investimentos na região.

Na ótica da classe dirigente, seriam os nacionais e não os índios, que estariam sendo expropriados de suas terras (seria, portanto, um fenômeno inverso do que ocorre na maior parte do país). A este respeito é interessante perceber de que forma os atos oficiais são avaliados em função dos interesses em jogo. Os fazendeiros de São Marcos recusaram-se a receber a compensação oferecida pelo Governo por acharem o montante da indenização inferior ao valor de suas propriedades: consideraram-se, deste modo, expropriados por terem sofrido o processo de desapropriação. Em Meruri, os fazendeiros configuraram como arbitrariedade a situação oposta: reclamaram um decreto expropriatório que tornasse seus bens indenizáveis (22).

O processo de recuperação dos seus territórios, desenvolvido pelos Xavante e Bororo, fizeram com que fazendeiros, posseiros e colonos fossem removidos ou desapossados de suas terras; estes últimos, inegavelmente, têm sido os maiores prejudicados (como bem o ilustra a situação vivida pelos parceiros do Projeto Areões) juntamente com os pequenos proprietários, que se pauperizaram com a perda de suas propriedades (notadamente no caso de Meruri, por não terem direito a indenização alguma). Ao perderem a condição de pequenos produtores, alguns deles passaram a vender sua força de trabalho como peões. Os grandes e médios proprietários tiveram condições bem mais favoráveis para enfrentar o problema: além de disporem de um poder reivindicatório muito maior, estavam em situação de achar injustas as avaliações feitas e de recusar a oferta governamental. Não consta também que,

na condição de mutuários do Banco do Brasil, tivessem que saldar suas dívidas por terem interrompido os projetos agropecuários para os quais haviam obtido financiamento.

Quando se trata dos grandes empreendimentos, o quadro sofre total reversão: os direitos indígenas são completamente ignorados. É importante lembrar que a Liquifarm Agropecuária Suiá Missu foi implantada em 1966, com financiamento da Sudam, onde existiam as últimas aldeias Xavante arredias: seus 263 habitantes foram removidos da área e transferidos para a Missão de São Marcos, onde a maior parte pereceu, vitimada por uma epidemia de sarampo (Davis, S.H., 1978: 148).

#### A SITUAÇÃO INDÍGENA NAS ÁREAS DE RESERVA

A história contemporânea Xavante (23) tem se desenvolvido, portanto, no quadro da modernização econômica, realizada pelo Governo Federal no setor agrário da região leste-matogrossense e efetivada segundo as exigências do padrão de acumulação, estabelecido pelo capitalismo monopolista.

Do ponto de vista indígena, o esforço da FUNAI, responsável pela implementação da política indigenista brasileira, tem sido o de se alinhar aos órgãos de planejamento e financiadores, transformados pela política econômica oficial após 64 em agentes de desenvolvimento regional. A Fundação ao lado da Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM), do Banco da Amazônia S/A (BASA), Banco do Brasil (BB) tem operado mudanças significativas na região, cabendo à FUNAI promover a modernização das áreas reservadas aos indígenas.

Isto fica patente na orientação adotada em relação aos Xavante, marcada por iniciativas que visam atrelar os índios ao sistema predominante na região, de forma a transformá-los em produtores em escala comercial. A sociedade Xavante tem sido levada, deste modo, a acelerar seu processo de adaptação ao modelo de economia mercantil, aliás o único capaz de realizar integralmente o projeto de "integração" oficial, uma vez que permite sua inserção no modo de produção dominante.

Na organização social Xavante tradicional, as relações de produção se articulavam primariamente na concepção das atividades de caça e coleta e de uma agricultura incipiente. Com o contato, o grupo foi sedentarizado e as atividades agrícolas foram intensificadas, havendo introdução de novos cultivos. Dentre os elementos que interferiram na reprodução das formas tradicionais de sobrevivência, o fator restrição territorial desempenha papel crucial. Para qualquer grupo seminômade, de caçadores e coletores como os Xavante, o acesso a um território aberto, passível de exploração extensiva, é condição determinante para a organização social da produção.

Além das transformações decorrentes do modo de exploração dos recursos, a restrição territorial, definida institucionalmente pela criação de áreas de Reserva, determinou para a sociedade Xavante — como para a maioria dos grupos indígenas — uma situação de encapsulamento (24) que propicia a implementação de políticas administrativas por parte de diferentes agências.

As medidas tomadas pela Fundação nos últimos anos na área Xavante demonstram com clareza o interesse do órgão em criar mecanismos mais eficientes de controle sobre o grupo, por meio de intervenção planejada.

A partir de 1977, foi iniciado um Programa de Desenvolvimento, considerado urgente como medida política destinada a dinamizar as atividades econômicas indígenas, através da introdução de tecnologia moderna, ou mais especificamente, de uma agricultura mecanizada.

Dentre as metas, previa-se a superação das desigualdades existentes entre as diferentes aldeias Xavante — marcadas por condições históricas bastante específicas, no tocante, especialmente, à produtividade. Pensou-se em fornecer recursos financeiros, assistência técnica, educacional e de saúde, além de treinar mão-de-obra como o meio mais eficaz para obtenção de excedente agrícola comercializável. O objetivo era tornar as “comunidades” indígenas auto-suficientes, de acordo com os parâmetros do modelo indigenista adotado pelo órgão. Foram encarados como setores prioritários a agricultura, a saúde e a educação, tendo este último recebido apoio especial: 70% da população Xavante é composta por jovens com menos de 25 anos. Os recursos foram retirados de fundos especiais: o Programa para Financiamento de Desenvolvimento de Comunidades (PRODEC), criado pela FUNAI com a finalidade de regularizar o fluxo de recursos gerado pela renda indígena, o fundo de Desenvolvimento das áreas Estratégicas (FDAE) e o PROTERRA, utilizado, no caso, para a demarcação das áreas de Reserva. O projeto pioneiro de rizicultura foi implantado em 1974 na Reserva Areões (25), em caráter experimental. O arroz era considerado o principal produto de mercado. Através de sua comercialização, a FUNAI pretendia recuperar os investimentos feitos e criar o próprio capital de giro. Os demais plantios, como abóbora e milho, seriam destinados ao consumo interno e eventual comercialização, caso houvesse excedentes. A proposta doutrinária, explicitada pelo órgão, era inserir a população indígena no contexto do desenvolvimento regional e assegurar-lhe meios de competir no processo econômico-social (26). A execução do Projeto em São Marcos e Sangradouro tornava imprescindível a participação da Missão Salesiana, que assistia os índios desde 1962.

### *A FUNAI e as agências religiosas*

A possibilidade de entabular negociações, visando iniciar um trabalho conjunto com as agências religiosas, não foi, porém, uma conquista fácil. Resultou de um processo longo, em que as relações entre o governo e as instituições eclesiásticas foram marcadas por sucessivas crises, que se fizeram sentir particularmente na década de 70. Nesse período, o foco de atrito foi gerado pela tentativa estatal de recuperar a hegemonia sobre as minorias indígenas do país. O caminho para efetivar esta proposta centralizadora foi conquistar bases jurídicas que anjassem outras agências, especialmente missionários católicos e protestantes. A ofensiva de setores da Igreja fez-se sentir a partir de 1972 (27), quando passaram a acionar, de modo mais eficiente, sua força política para aumentar a margem de manobra junto ao Governo e, deste modo, preservar o acesso às populações tribais.

Os termos da ação conjunta desenvolvida pela FUNAI e as Missões foram firmados por volta de 1974, após a realização de encontros entre religiosos e a administração oficial. A orientação então adotada para superar as divergências existentes, foi solicitar às Missões que reformulassem os métodos pedagógicos, considerados desagregadores das instituições tribais, auxiliassem na defesa das terras indígenas e ampliassem sua participação nos programas de atendimento formulados pelo Governo. O recurso para concretizar esta colaboração foi a celebração de convênios. Foram firmados com a Congregação Salesiana dois convênios: o primeiro em 1976, foi apenas uma concessão para o exercício de atividade assistenciais entre os índios Bororo, localizados no município de Poxoréu (MT). Veio, aliás, apenas consolidar uma situação de fato, uma vez que o trabalho missionário com estes índios foi iniciado na década de 20. O segundo, datado de 1977, e ainda em vigor, possui importância bem maior: marca o início da colaboração regular entre a Inspeção Salesiana de Mato Grosso e a FUNAI, regulamentando o projeto assistencial que desenvolviam junto aos Xavante das Colônias de São Marcos e Sangradouro (município de Barra do Garças). Através dele, a Missão se associa ao projeto de desenvolvimento implantado pelo órgão oficial, sendo autorizada a promover os setores médico-hospitalar, sanitário e educacional, estando previsto no programa de ensino atividades promotoras de inovação tecnológica.

A Missão, por meio deste instrumento, obrigou-se cumprir os princípios da política indígena fixados no Estatuto do Índio e a colocar à disposição da FUNAI sua estrutura física e de pessoal, realizando com recursos próprios a assistência às aldeias. Como parte das obrigações recíprocas, o órgão tutelar ficou obrigado a fornecer recursos financeiros, pessoal qualificado (técnicos em agricultura e em educação), a orientar e treinar indígenas e a exercer o policiamento das áreas de reserva.

Ficou-lhe facultado também o controle do trabalho missionário, por meio de inspeções e relatórios financeiros periódicos.

Um ano após o início do projeto agrícola, os problemas decorrentes da implantação e gestão dos recursos do Programa de Desenvolvimento obrigaram à criação de um posto de representação da FUNAI, uma Ajudância Autônoma, diretamente ligada às esferas de decisão da sede. Além de centralizar a administração de todas as reservas Xavantes e de estar geograficamente próxima à área, passou a servir de mediadora entre a administração central e os índios. Estes, ao invés de se deslocarem para Brasília, e lá pressionarem diretamente os setores competentes, ficaram obrigados a submeter suas reivindicações à Ajudância, que passou a ajuizar da relevância da viagem e então fornecer recursos para o deslocamento. Esta forma de controle reforçou o sistema missionário de vigilância, condicionando os Xavante a deixarem as aldeias apenas em ocasiões excepcionais (28).

Apesar de os índios serem sistematicamente desestimulados a deixarem a Reserva, tanto pelos missionários quanto pela administração oficial, sempre que surge uma oportunidade vão à Barra do Garças, a 120 km. de distância. Aproveitam as curtas viagens, motivadas por problemas de saúde, pelo recebimento de salário ou de benefícios da previdência social (aposentadoria), para fazerem pequenas vendas de artesanato e compras.

Um ponto de apoio importante a que recorrem na cidade é a Casa do Índio, onde têm garantia de alojamento e alimentação. O estabelecimento tem função basicamente assistencial, acolhendo os Xavante em trânsito, oriundos das diferentes áreas. Os índios, no entanto, conseguem maximizar sua utilização, transformando este espaço, onde circula muita informação (e também rumores), em local de reunião, em que se atualizam e se posicionam a respeito do que ocorre nas demais aldeias.

### *As atividades pastoris*

As transformações na economia regional, a criação da Reserva, a expulsão dos fazendeiros, a redefinição das relações entre a Funai e a Missão e o intervencionismo oficial na área indígena inauguraram uma nova etapa na história dos Xavante.

Com a orientação e financiamento da Funai e a administração dos missionários, os Xavante iniciaram o cultivo do arroz em grande escala e passaram a ter maior responsabilidade nos trabalhos de pecuária. Até a criação da Reserva — que resultou na desapropriação das terras que pertenciam à Congregação Salesiana, o rebanho, de propriedade dos

missionários, era cuidado por vaqueiros regionais. Não era permitido aos índios nenhum acesso aos animais, seja através do consumo da carne ou do leite. A produção leiteira e as reses abatidas serviam de alimento ao quadro funcional da Missão: nenhuma parcela destes produtos era destinada aos moradores da aldeia ou aos alunos internos da escola, organizada pelos padres.

Na Colônia de São Marcos, o criatório se desenvolveu paralelamente à agricultura de subsistência, embora a participação indígena não fosse equivalente num e noutra. Os missionários mantiveram os índios afastados do primeiro, estimulando-os para as atividades de cultivo.

Desde a implantação da Colônia até 1977, apenas um índio foi treinado para lidar com o gado. Nos primeiros anos de vida da Missão, o trabalho indígena não era remunerado. A vaqueiragem e outras tarefas igualmente ligadas à pecuária, como a construção de currais, cercas e a limpeza dos pastos, eram executadas pela mão de obra indígena, que não recebia qualquer pagamento.

Legalizada a Reserva, ocorreram mudanças. Os índios pressionaram os missionários para que retirassem o rebanho das terras de São Marcos ou pagassem um arrendamento pela utilização dos pastos. Estabeleceu-se, em vista disto, um acordo entre a FUNAI e a Missão: esta última optou por desfazer-se de todo o rebanho. Vendeu uma parte (cerca de 500 cabeças) para a FUNAI que, por sua vez, redistribuiu (29) os animais pelas aldeias em formação, doou algumas cabeças e animais de tropa aos índios e comercializou o restante (aproximadamente 270 reses) com particulares.

Esta transação possibilitou a alguns Xavante adquirirem umas poucas cabeças, que passaram a ser consideradas bens individuais, embora os animais fossem mantidos no curral comum. Este gado, considerado de propriedade individual, é classificado pelos índios como "particular", em oposição ao restante, considerado "da comunidade". É preciso observar, porém, que esta propriedade coletiva é falaciosa, uma vez que o rebanho adquirido pela FUNAI passou a integrar, de direito, o patrimônio indígena. Não pertence, portanto, aos Xavante especificamente.

A dispersão do rebanho exigiu a participação de maior número de trabalhadores. A partir de 77/78, os índios passaram a cuidar do gado nas novas aldeias, gado este bem menos numeroso do que o existente na aldeia-sede (30). No período da pesquisa, haviam sido treinados cinco vaqueiros Xavante; com exceção do mais antigo deles (o de São Marcos), todos os demais eram mantidos pelas próprias aldeias. Além de cultivarem as roças de subsistência, passaram a receber uma parcela da produção de arroz proveniente da lavoura coletiva — cujo amanhã é

atribuição das classes de idade (*age-set*) (31) — mesmo não colaborando diretamente com seus pares.

Os vaqueiros adquiriram também o direito de ter uma participação no rebanho em formação; todos atualmente possuem reses. Foi acertada uma participação semelhante à que caracteriza o sistema predominante nas fazendas de criação de gado desde o Brasil colônia: o vaqueiro recebe uma cria em um número determinado de nascimento (4 ou 5), após certo número de anos, em geral cinco (Furtado, C., 1972: 59). No caso em exame, o sistema funciona de maneira bem mais frouxa, não há uma relação fixa entre os nascimentos e o tempo decorrido. A decisão de dar uma cria ao vaqueiro é tomada, na maioria das vezes, pela chefia, em função das reivindicações que lhe são feitas.

Com a implantação do Projeto Xavante, a FUNAI assumiu as despesas de manutenção dos rebanhos e empregou como assalariado (32) um dos vaqueiros índios e mais três regionais. Um ano após (1981), o órgão deixou de arcar com várias despesas (vacinas, sal etc.) e suspendeu o pagamento dos vaqueiros. Os índios, para fazer frente a estes gastos, foram obrigados a vender uma parte dos novilhos para fazendeiros vizinhos. As aldeias que contavam com o trabalho destes vaqueiros *waradzu* (“civilizados”) tiveram de encontrar fórmulas para mantê-los, — como foi o caso de Namunkurá dando-lhes uma participação nas roças de arroz e permitindo-lhes que iniciassem uma roça de subsistência.

A disponibilidade de terras na Reserva permite uma invernada de aproximadamente dois mil bois, caso haja interesse em ampliar o rebanho, o que não está fora de cogitação dos administradores de Brasília. A FUNAI encara a bovinocultura — considerada um ramo da pecuária — como a forma mais racional de ocupação e preservação das Reservas Indígenas por sua economicidade, por requerer largas extensões de área e por dispensar mão-de-obra especializada (33). As aldeias utilizam os pastos, piquetes e retiros que foram preparados pelos fazendeiros expulsos e também as benfeitorias deixadas por eles (moradia, currais, cercas).

Hoje, como no passado, os índios raramente consomem carne bovina: as reses são abatidas somente em condições excepcionais, quando estão velhas, se acidentam ou por ocasião das tarefas coletivas nas “roças de toco” e de arroz. Deve-se observar que a decisão do abate é tomada em conjunto pelos homens influentes da aldeia, pela chefia e pelos missionários. A substituição da remuneração em dinheiro pela distribuição de carne vem sendo há muito utilizada pelos padres; não consiste, portanto, numa solução nova de estímulo ao trabalho agrícola indígena, especialmente nas tarefas consideradas “pesadas”, como a derrubada ou

limpeza dos pastos. Esta prática era adotada também na época das grandes festas da liturgia cristã, no Natal e na Páscoa, quando eram sacrificadas três ou quatro reses, cuja carne era repartida entre todos os moradores da aldeia de São Marcos.

Somam-se a estas ocorrências situações em que a partilha da carne bovina cumpre uma função política, quando um líder de facção — normalmente a chefia — decide “dar carne” para os parentes, mandando matar um animal de sua propriedade. A distribuição ocorre, coincidentemente, em momentos de crise política, quando é necessário fortalecer alianças ou angariar novos adeptos; o resultado tem sido o aprofundamento da tensão social existente na aldeia. Como a proposta é aquinhoar alguns em detrimento de outros, os preteridos tornam-se ainda mais queixosos e hostis.

Embora o rebanho da Reserva não se destine ao corte, a produção de leite é pequena. Para se ter uma idéia do consumo de leite é suficiente observar a repartição do produto em São Marcos. São obtidos na ordenha diária cerca de 40 litros, dos quais uma parte insignificante é destinada à aldeia, consumida como merenda matinal pelas crianças pequenas que freqüentam a escolinha mantida pelas Irmãs Salesianas no espaço da aldeia (34). As famílias (mulher e filhos) do chefe e do vaqueiro são as únicas que têm acesso cotidiano a alguns litros. Durante a pesquisa, o vaqueiro utilizava uma grande parte de leite para a fabricação de queijo, que vendia por conta própria na cidade mais próxima (Barra do Garças). Esta produção doméstica se justificava, segundo explicou, pelo fato de não receber nenhum tipo de pagamento pelo cuidado com o “gado particular”. Contudo, utilizava o mesmo argumento, de modo inverso, para explicar porque não vendia o queijo em São Marcos: os moradores da aldeia não se sentiriam na obrigação de pagá-lo, uma vez que o rebanho é considerado “da comunidade”.

A carne e o leite não constituem assim alimentos importantes para os índios, como também são inaproveitados como matéria prima os ossos, o couro e os chifres dos animais.

De um modo geral, os Xavante não apreciam laticínios e, comparativamente, valorizam menos a carne bovina do que a carne de caça (35); na falta desta última, porém, a primeira não é de forma alguma rejeitada.

Quanto ao valor econômico da pecuária, os índios parecem estar pouco alertas para o fato de o gado ser uma forma de riqueza. Além dos vaqueiros, somente alguns homens de prestígio, que participam ativamente da vida política e econômica da aldeia, e têm contatos freqüentes com o mundo “exterior”, possuem alguns bois. Note-se que o desejo de possuir gado revelado por esta categoria de homens, que desempenha funções de

chefia, prende-se menos ao valor fiduciário, que a posse de animais propicia, do que à necessidade de possuir bens que sirvam à barganha política. Sendo assim, na opinião da maioria só o vaqueiro deve ter gado, pois é quem lida com ele. Esta lógica é reforçada pelo fato de os índios considerarem a vaqueiragem “muito trabalhosa” e arriscada (“perigosa”).

### *O Projeto agrícola*

Para sobreviverem, os Xavante atualmente dependem da agricultura, embora a caça, a pesca e, especialmente, a coleta conservem sua importância pelo fato de contribuírem para satisfazer às necessidades alimentares do grupo durante os períodos improdutivos do ciclo agrícola.

As atividades de plantio são desenvolvidas nas grandes lavouras do cerrado, onde se cultiva unicamente arroz, e nas roças familiares (ou roças de toco), onde trabalham os membros de uma mesma unidade doméstica. Nestas, além dos produtos conhecidos tradicionalmente, como o milho, o feijão e uma espécie de cará nativo, denominado *mooní*, os índios adotaram novos cultivos: plantam cana de açúcar, milho “civilizado”, feijão de corda, abóbora, melancia, mandioca e frutas, como a banana e mamão. Esta produção é, essencialmente para consumo.

Como foi mencionado páginas atrás, a FUNAI, para tornar viável a criação de excedente agrícola comercializável, implantou na Reserva um projeto de rizicultura, em moldes regionais, instalando para este fim a infra-estrutura (36) necessária à produção, beneficiamento e armazenagem do produto. Para que se tenha uma idéia do investimento realizado pelo órgão (37), pode-se acrescentar que a FUNAI instalou em São Marcos uma moderna secadora de arroz, com capacidade para processar 300 sacas por hora e construiu um armazém para 70 mil sacas; adquiriu tratores com implementos, e uma colhedeira; passou a fornecer insumos e sacaria. Para a safra de 1980 foi programada a abertura de aproximadamente 800 ha., o que corresponderia a uma produção média de 20 sacas por ha.

Nas roças do cerrado, o acesso ao uso da terra, assim como a organização dos quadros de cooperação, não pertencem — como ocorre nas roças familiares — ao domínio das unidades domésticas. As equipes de trabalho recrutadas na aldeia são compostas por membros de diferentes unidades de produção — contanto que integrem a mesma classe de idade — e cultivam trechos independentes.

Este processo de trabalho se efetiva por meio de uma instituição essencial para o funcionamento da estrutura social indígena, o sistema de classes de idade, e se realiza de forma independente das práticas relacionadas com a agricultura de alimentos (roças de toco). Algumas etapas, no entanto, exigem trabalho coletivo, no qual são engajadas as mulheres

e filhas dos homens que integram cada classe. Em consequência, a aldeia, como um todo, participa de algumas operações como de encoivramento do solo, da "capina", da fase final da colheita (que é realizada manualmente) da secagem e do ensacamento do arroz (38).

O resultado da produção de cada trecho é dividido entre os membros por classe de idade correspondente: uma parte é guardada para o consumo familiar e outra reservada à venda. É preciso observar, porém, que não há proporcionalidade entre a dimensão dos trechos de cultivo e os grupos de cooperação. A classe *Ay'rere*, por exemplo, em sua maioria constituída por jovens solteiros que vivem no internato e por alguns recém-casados, dispõe de lavouras duas vezes mais extensas do que as cultivadas pelos homens considerados maduros (*i predu*), como são classificados os membros da classe *Tirowa*, *Etepá*, *Abareu* e *Nodzou*. Recebe, em razão disto, maior quantidade de arroz para consumir e comercializar do que as demais, especialmente pelo fato dos seus componentes não estarem submetidos a um sistema de prestação que os leve a contribuir decisivamente para a manutenção da casa de origem ou a colaborar com os futuros sogros.

A parte significativa da produção fica armazenada no silo, até chegar o momento de ser vendida a cerealistas em Barra do Garças. A FUNAI estipulou 25% do total produzido para a criação de um fundo de reinvestimento — fundo este justificável pelo órgão por ser a garantia de retorno do capital necessário à reprodução do projeto agrícola — e 1% para semente. Na safra de 1980, algumas aldeias se recusaram a deduzir a percentagem pretendida, prevendo-se que na safra de 81 outras aldeias adotariam o mesmo procedimento.

Nas transações de grande monta, os índios são acompanhados por funcionários da FUNAI e a renda apurada é dividida equitativamente entre os produtores índios. No caso do arroz produzido pelos jovens da categoria de idade *ritey'wa* (39) (*Ay'rere*), os padres servem de intermediários na venda e auxiliam na administração do dinheiro.

Quando as quantidades são pequenas, três ou quatro sacas — frequentemente subtraídas da parcela reservada para o consumo — os próprios índios se encarregam da destinação do produto. Em geral recorrem aos padres, às fazendas vizinhas ou aos pontos comerciais próximos à Reserva. Os Xavante costumam ir em grupos de 10 a 15 homens tentar vender o arroz no "boliche", localizado na divisa de São Marcos ou um pouco mais adiante, no povoado denominado Toricueje, à margem do rio das Mortes. Esta "corrutela" é um centro de comércio importante para os índios, para a Colônia Missionária e também para os projetos de colonização, pois é o último local de abastecimento de óleo diesel e gasolina, num raio de mais de cem quilômetros.

No "boliche", os Xavante além de colocarem o arroz, vendem eventualmente produtos das suas roças de toco (milho e feijão) e se abastecem de produtos de consumo imediato (fumo, doces); é, no entanto, em Toricueje que concretizam a maior parte das transações.

Os índios despendem no povoado não só o resultado da comercialização do arroz, mas também os ganhos auferidos com a produção artesanal, com o recebimento do Funrural e a remuneração de serviços prestados aos missionários e à FUNAI, gastando em média 300 mil cruzeiros mensalmente na aquisição de produtos industrializados (tecidos, panelas, roupas prontas, alimentos enlatados etc.). Os produtos, em geral, e especialmente os alimentícios, chegam a ser majorados em 100%, tendo em vista os preços de compra em cidades como Goiânia e São Paulo; a justificativa oferecida pelos comerciantes locais é a necessidade de compensar, no preço, as perdas que sofrem, ocasionadas pela distância e pela dificuldade de acesso, fazendo com que os produtos cheguem deteriorados ou com as datas de consumo vencidas. O acesso ao comércio de Toricueje passou a ser possível após as modificações introduzidas pelo projeto agrícola e possibilitou aos Xavante romperem com a exclusividade comercial da loja da Missão, da qual eram dependentes até, aproximadamente, três anos.

#### CONSIDERAÇÕES FINAIS

Na sociedade tradicional Xavante o resultado do trabalho retornava aos produtores sob a forma de alimento, fosse ele resultado da pesca, caça, coleta ou cultivo. O resto do trabalho era carregado para a confecção de bens de prestígio, dos quais uma parte era destruída por ocasião dos ritos funerários. Para a sociedade Xavante contemporânea esta afirmação continua a ter validade com relação à produção de alimentos e às atividades econômicas de apoio. Não ocorre o mesmo, porém, com relação a uma parcela da produção artesanal e da produção agrícola, que pode ser transformada em mercadoria e convertida em moeda: esta qualidade monetária possibilita outra destinação ao resultado do trabalho.

Um outro aspecto que merece ser assinalado é a concentração de um volume maior da produção de arroz em mãos de uma determinada categoria de idade, a camada de jovens iniciados (*ritey'wa*), sob influência direta da Missão, o que resulta de imediato em quebra das relações de autoridade no seio das unidades domésticas. Nos últimos anos tem se exarcebado o conflito entre os jovens, que manejam bem o português, são alfabetizados, sabem conduzir tratores e caminhões, mas que não são considerados ainda suficientemente adultos para participar da vida política da aldeia, e os homens maduros ou "velhos", que desconhecem os códigos de funcionamento da sociedade envolvente, mas fazem operar decisivamente as instituições tribais.

O que se pretende caracterizar aqui são as formas de organização do trabalho e da distribuição do produto nas lavouras “comunitárias”, assim como evidenciar que a rizicultura, do modo como tem sido desenvolvida, implica em completa subordinação indígena aos organismos de intervenção; o treinamento da força de trabalho, o planejamento da produção, os meios de trabalho e os recursos escapam por completo ao controle tribal.

As tarefas exigidas pela rizicultura prescindem, em grande parte, da participação direta da mão-de-obra indígena e são gerenciadas diretamente pelos missionários; além disto, dependem, para sua execução, dos investimentos realizados pela agência governamental (maquinário, insumos, combustível, equipamentos) que se encarrega de comercializar o produto. Tudo indica, portanto, que o projeto de desenvolvimento agrícola vem contribuindo para acelerar as mudanças operadas no processo produtivo indígena — iniciadas com a sedentarização do grupo — ao introduzir novas práticas econômicas compatíveis com a pequena produção mercantil.

Estas se caracterizam por um conjunto de fatores bastante distinto do que preside à produção de subsistência, pela introdução de tecnologia moderna e de mecanização — o que implica em conhecimento especializado e menor disponibilidade de recursos humanos — pela imposição de novo ritmo de trabalho, pela exigência de organização específica dos quadros de cooperação e, também, pelo estabelecimento de novos critérios de repartição da produção e de acesso aos recursos.

#### NOTAS

(1) — O município de Barra do Garças está situado na zona de chapadas do Estado de Mato Grosso, à margem esquerda da foz do rio que lhe empresta o nome, junto à confluência do rio Araguaia.

(2) — A região compreendida entre os rios Araguaia e Xingu, embora tivesse conhecido ao longo do sec. XIX frentes extrativistas, notadamente mineração de ouro e diamante e alguma agricultura de subsistência, começa a ser devassada de forma planejada nos anos 40. O deslocamento dos limites da fronteira agrícola para Mato Grosso foi possibilitado, em grande medida, pelas realizações da Fundação Brasil Central (FBC), órgão criado em 1943 com o objetivo de desbravar e colonizar o Brasil Central e Ocidental. A FBC foi, sem dúvida, um dos principais instrumentos acionados pela política getulista de integração nacional, cujo programa ficou conhecido por “Marcha para Oeste”.

(3) — As Reservas Xavante denominam-se São Marcos, Sangradouro, Areões, Couto Magalhães, Culuene, Pimentel Barbosa, Batovi e Parabubure. Em virtude da dispersão espacial, da especificidade histórica do contato e predominância de distintas agências de contato não devemos considerar a sociedade Xavante como um todo homogêneo, mas como frações que apresentam problemáticas características.

(4) — Programa de Distribuição de Terras.

(5) — A Grande Barra do Garças inclui os municípios de Barra do Garças, Luciara, São Felix do Araguaia, Xavantina, Água Boa e Canarana. Segundo estimativa da Federação dos Trabalhadores na Agricultura (FETAGRI), existem 115 focos

de tensão no norte de Mato Grosso, comprometendo 35 mil famílias de trabalhadores rurais que buscam assentamento em áreas dominadas por grandes empresas. (Cf. Folha de São Paulo, 22 de fevereiro de 1981).

(6) — Na opinião de um dirigente da CONAGRO, o indígena é um mero instrumento utilizado pelo governo para apropriar-se de grandes extensões de terra no Estado.

(7) — Apesar das promessas feitas, até outubro de 81, a usina de calcário, de propriedade da COOPERCANA, ainda não havia entrado em funcionamento. A utilização do produto é indispensável ao plantio da soja e do arroz nas áreas de cerrado, sendo economicamente inviável para os colonos importá-lo dado ao alto custo do transporte.

(8) — Para fazer frente à espiral inflacionária, o governo importou em 1981 grandes estoques de arroz, notadamente da Tailândia.

(9) — Decretos nº 71.105 e 71.106 de 14 de setembro de 1972.

(10) — Decreto Estadual nº 929 de 4 de maio de 1965.

(11) — Edital da Presidência da FUNAI de 22 de abril de 1976, de acordo com o art. 5º do Decreto nº 76.999 de 08/01/1976.

(12) — Decreto nº 76.215 de 5 de setembro de 1975.

(13) — Decreto nº 64.337 de 21 de dezembro de 1979.

(14) — Parabubu: uma variedade de batata do mato; re:pequena.

(15) — A Colônia Indígena do Sangradouro havia sido fundada em 1906 em terras adquiridas pela Congregação por ser um ponto de apoio intermediário entre a capital (Cuiabá) e os núcleos missionários Palmeiras e Meruri. A Colônia de São Marcos foi iniciada em 1962 e localizada no trecho final da área que correspondia à Colônia do Sagrado Coração de Jesus (Meruri).

(16) — As terras foram doadas pelo governo do Estado em 1918 e, significativamente, o governador na época era Dom Aquino, bispo Salesiano. (Resolução nº 761 de 26 de junho).

(17) — Art. 198 de Constituição Federal e Lei nº 6.001 de 19 de dezembro de 1973 (Título III, Cap. II, art. 25).

(18) — Cf. *Chacina do Meruri*, José Guedes Miguez, Edit. A Gazeta Maçônica, 1980, pag. 161.

(19) — Há, no entanto, documentos que contradizem a afirmação anterior, comprovando que a Missão Salesiana, mesmo depois de 1960, comprou diversos lotes de terras.

(20) — A documentação oficial da época, na qual incluímos a correspondência dos missionários para a FUNAI, contém informações suficientes para que se reconstrua, com boa margem de segurança, a evolução do conflito.

(21) — Artigo "FUNAI só expropria de quem produz", *Revista Agro-este*, março de 1980, pag. 9.

(22) — Cf. *Chacina de Meruri*, José Mario Guedes Miguez, Edit. A Gazeta Maçônica, 1980, pag. 167.

(23) — Os dados referentes à sociedade Xavante restringem-se à observação realizada na Reserva de São Marcos, cuja população, de aproximadamente 1.800 índios, se encontra distribuída por cinco aldeias: São Marcos, Auxiliadora, Aparecida, São José e Namunkurá.

(24) — Cf. Bailey, F. G. *Stratagens and Spoils: a social anthropology of politics* 1970.

(25) — A Reserva de Areões fica localizada à margem da BR-080 (Rodovia Xavantina-Cachimbo), a 180 km. de Barra do Garças. Antes mesmo da implantação

do projeto agrícola, as perspectivas eram animadoras, pois apesar de não contarem com orientação técnica e maquinário os índios haviam produzido um excedente (mil sacas de 60 kg.) equivalente a 40% do total produzido numa área de aproximadamente 200 ha.

(26) — Cf. Doc. FUNAI/MINTER, Portaria Presidencial nº 211/E, de 15 de agosto de 1975.

(27) — A criação, em 1972, do Conselho Indigenista Missionário (CIMI), entidade religiosa e de caráter filantrópico, ganha sentido no quadro das relações entre Estado e Igreja. O órgão surge como expressão de um setor eclesial preocupado com a preservação das terras e do patrimônio indígena. Durante o Governo Médici, o CIMI conseguiu ampliar seu âmbito de influência, mobilizando as Missões em torno da formulação de um anteprojeto alternativo ao Projeto de Lei do Estatuto do Índio encaminhado pelo Governo ao Congresso. Esta interferência nos assuntos indígenas foi justificada como contribuição da Igreja Missionária do Brasil aos trabalhos do Legislativo a favor dos índios. Dentre as emendas propostas, previa-se uma legislação favorável à continuidade do papel assistencial e evangelizador das missões católicas e protestantes.

(28) — Os índios obtêm com facilidade permissão para deixar a Reserva no caso de problemas de saúde que não podem ser resolvidos no ambulatório da Missão. As lideranças possuem bastante mobilidade, uma vez que suas viagens frequentes se prendem à necessidade de resolver assuntos de interesse coletivo.

(29) — A distribuição do rebanho foi proporcional à dimensão das aldeias: São Marcos, a mais populosa (587 habitantes), recebeu aproximadamente 200 reses; Auxiliadora, com 146 habitantes, cerca de 100; Aparecida, com 56 habitantes, e São José, com 72 habitantes, receberam, respectivamente, 32 e 40 cabeças; finalmente, coube a Namunkurá, com 171 habitantes, um pequeno rebanho de 128 animais.

(30) — São Marcos é o centro político, econômico e cerimonial da Reserva e sua hegemonia em relação às demais aldeias — que nasceram da segmentação desta aldeia principal — se deve, em parte, ao fato de estar localizada junto à Missão Salesiana. As aldeias Namunkurá e Auxiliadora conseguiram criar vida própria e se tornaram relativamente independentes, as demais (São José e Aparecida) permaneceram satelizadas. Esta observação não pretende negar que as aldeias Xavante constituem unidades políticas autônomas, apenas chama atenção para o fato desta autonomia estar sendo cada vez mais limitada pela dependência aos órgãos assistenciais.

(31) — Classe de idade indica um grupo nominado de indivíduos que participaram juntos dos rituais de iniciação. Entre os Xavante operam oito classes de idade: Etepá, Abareu, Nodzou, Tsada'ro, Anarôwa, Ay'rere, Hotorã, Tirôwa. As mulheres com idade correspondente pertencem à mesma classe.

(32) — A Fundação Nacional do Índio contratou nas diversas aldeias Xavante, tratoristas, monitores para o setor de educação, atendentes, motoristas e vaqueiros, cujo salário mensal variava em 1981, na faixa de Cr\$ 10.000,00 a Cr\$ 17.000,00, um recebimento bastante alto para o nível de vida da maior parte dos índios.

(33) — Cf. Sérgio Pery Gomes *A Importância da Pecuária para as Populações Indígenas*, mimeog. FUNAI/DGPI, 1973.

(34) — Esta escolinha não deve ser confundida com o internato, para adolescentes de ambos os sexos, que funciona no espaço da Missão.

(35) — Os animais silvestres de porte (antas, pacas, veados etc), estão praticamente extintos na área da Reserva.

(36) — Esta infraestrutura serve a todas as aldeias da Reserva de São Marcos e também aos índios Bororo, da Reserva do Meruri.

(37) — A Portaria do Presidente da Funai nº 849/E de 7 de outubro de 1980 aprovou verba no montante de 35 milhões de cruzeiros para o setor agrícola do Programa de Desenvolvimento, safra 1980/1981.

(38) — No encoivramento (que inclui o amontoamento de troncos e galhos assim como a extração das raízes que não puderam ser arrancadas na etapa da derubada) na “capina”, na parte final da colheita e no *final* dos grãos, o ensacamento de recursos humanos é maximizado; as demais operações são realizadas por processos mecânicos.

(39) — Os Xavantes classificam os membros da sociedade em categorias de idade que são indicativas das fases do ciclo biológico de vida, cuja terminologia difere para homens e mulheres.

#### REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

CARDOSO DE OLIVEIRA, L. R. — *Colonização e Diferenciação: os colonos de Canarana*, dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-graduação em Antropologia Social do Museu Nacional (UFRJ), mimeog., Rio de Janeiro, 1981.

MENEZES, C. — *Relatório de Pesquisa apresentado à Financiadora de Estudos e Projetos (FINEP)*, mimeog., 1980.

MAYBURY-LEWIS, D. — *Akwẽ-Shavante Society, London, Oxford University Press*, 1974.

ROEWER, O. — *Assim surgiu Canarana*, mimeog., novembro 1978.

SHELTON, D. — *Vítima do Milagre*. Rio de Janeiro, Zahar 1978.

SILVA, M. A. da — *Nomes e Amigos: da prática Xavante a uma reflexão sobre os Jê*, tese de Doutorado U.S.P., São Paulo, 1980.

VELHO, O. — “Modos de Desenvolvimento Capitalista, Campesinato e Fronteira em Movimento”, *Rev. Dados*, nº 13, 1976.

*REVISTA AGROESTE* — “FUNAI só expropria de quem produz”, março de 1980.

*REVISTA CONTATO* — “Sementes da Falência”, ano III, nº 21, abril de 1981.